

Diário da Assembléia

Nºs 2.539 / 2.540 / 2.541

CURITIBA, 19, 20 E 21 DE NOVEMBRO DE 1970

ANO IX

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

LISTA DE PRESENÇA

FRANCISCO ESCORSIN
ARTHUR DE SOUZA
DAVID FEDERMANN
GABRIEL MANOEL
HAROLDO BIANCHI
OLIVIO BELICH
LEOPOLDO JACOMEL
ABRAHÃO MIGUEL
AGNALDO PEREIRA LIMA
ALENCAR FURTADO
AMADEU PUPPI
ANTONIO LOPES JÚNIOR
ARMANDO QUEIROZ
ARNALDO BUSATO
EMILIO CARAZZAI
ERONDY SILVEIRO
EURICO ROSAS
FABIANO BRAGA CORTES
FUAD NACLI
IGO LOSSO
IVO TOMAZONI
JOÃO MANSUR
JORGE SATO
LUIZ CRUZ
LUIZ MALUCELLI
NELSON BUFFARA
OLAVO FERREIRA
OLIVIER GABARDO
OVIDIO FRANZONI
PAULO CAMARGO
PAULO POLI
PINTO DIAS
ROBERTO GALVANI
ROBERTO WYPYCH
SEME SCAFF
SILVIO BARROS
TULIO VARGAS
WILSON FORTES

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente: Francisco Escorsin
1.º Vice-Presidente: Arthur de Souza, 2.º Vice-Presidente: David Federmann, 1.º Secretário: Gabriel Manoel, 2.º Secretário: Haroldo Bianchi, 3.º Secretário: Olivio Belich, 4.º Secretário: Leopoldo Jacomel.

COMISSÕES TÉCNICAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PRESIDENTE: Emilio Carazzai (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)
ARENA: Ivo Thomazoni — Arnaldo Busato — Paulo Poli — Abraão Miguel — Paulo Camargo — Armando Queiroz — Luiz Renato Maluelli — Tullio Vargas
M.D.B.: Nelson Buffara
Suplentes:
ARENA: Antônio Lopes Júnior — Olavo Ferreira — João Mansur — Pinto Dias — Luiz Cruz — Wilson Fortes — Ovidio Franzoni — Roberto Galvani — Fabiano Braga Cortes — Amadeu Puppi
M.D.B.: Olivier Gabardo — Silvio Barros
Secretário: Maria Amália Cesar Cereal de Oliveira
Reuniões: Quartas-feiras

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Roberto Galvani (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Silvio Barros (M.D.B.)
ARENA: Ovidio Franzoni — João Mansur — Paulo Poli — Roberto Wypych — Wilson Fortes

Suplentes:

ARENA: Antônio Lopes Júnior — Seme Scaff — Pinto Dias — Ivo Thomazoni — Luiz Cruz — Igo Losso — Amadeu Puppi

M.D.B.: Alencar Furtado
Secretário: Lúlio Guimarães Soto-Maior

Reuniões: Quintas-feiras

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Olivier Gabardo (M.D.B.)
ARENA: Abraão Miguel — Seme Scaff — Aginaldo Pereira Lima

Suplentes:
ARENA: Wilson Fortes — Luiz Cruz — Roberto Galvani — Ovidio Franzoni
M.D.B.: Silvio Barros

Secretário: José do Canto Filho
Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE: Abraão Miguel (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Silvio Barros (M.D.B.)
ARENA: Jorge Sato — Fuad Nacli — Roberto Galvani — Luiz Renato Maluelli — Roberto Wypych

Suplentes:

ARENA: Ovidio Franzoni — Aginaldo Pereira Lima — Luiz Cruz — Pinto Dias — Antônio Lopes Júnior — João Mansur — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Eley Silva Batista

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Silvio Barros (M.D.B.)
ARENA: Roberto Galvani — Olavo Ferreira — Aginaldo Pereira Lima

Suplentes:

ARENA: Fabiano Braga Cortes — Igo Losso — João Mansur — Ovidio Franzoni

M.D.B.: Olivier Gabardo

Secretário: Antônio Lacerda Braga Neto

Reuniões: Terças e Sextas-feiras

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Igo Losso (ARENA)
ARENA: Fabiano Braga Cortes — Seme Scaff

M.D.B.: Alencar Furtado

Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Maluelli — Jorge Sato — Tullio Vargas — Armando Queiroz — Fuad Nacli

M.D.B.: Olivier Gabardo

Secretário: Gilberto Felix de Silva

Reuniões: Terças-feiras

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Ovidio Franzoni (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Eurico Rosas (M.D.B.)
ARENA: Arnaldo Busato — Amadeu Puppi — Paulo Camargo

Suplentes:

ARENA: Emilio Carazzai — Igo Losso — Seme Scaff — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Olivier Gabardo

Secretário: Lóris Cordeiro de Barros

Reuniões: Segundas-feiras

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Igo Losso (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Aginaldo Pereira Lima (ARENA)
ARENA: Luiz Renato Maluelli — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: Abraão Miguel — Emilio Carazzai — Luiz Cruz — Wilson Fortes
M.D.B.: Eurico Rosas
Secretário: Ivo Gusso

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)
ARENA: Igo Losso — Luiz Cruz — Roberto Wypych

Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Maluelli — Antônio Lopes Júnior — Abraão Miguel — Seme Scaff — Amadeu Puppi

M.D.B.: Silvio Barros

Secretário: Ney Rodrigues

Reuniões: Quinta-feiras

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Aginaldo Pereira Lima (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)
ARENA: Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Eurico Rosas

Suplentes:

ARENA: Igo Losso — Olavo Ferreira — Luiz Renato Maluelli — Antônio Lopes Júnior

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Roberto Diniz Satyro

Reuniões: Terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: João Mansur (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Nelson Buffara (M.D.B.)
ARENA: Seme Scaff — Pinto Dias — Roberto Galvani

Suplentes:

ARENA: Luiz Cruz — Paulo Camargo — Luiz Renato Maluelli — Igo Losso

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Carmen Aparecida Fregonese

Reuniões: Segundas-feiras

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Luiz Renato Maluelli (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Seme Scaff (ARENA)
ARENA: Wilson Fortes — Pinto Dias

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: João Mansur — Luiz Cruz — Fabiano Braga Cortes — Arnaldo Busato — Olavo Ferreira

M.D.B.: Eurico Rosas

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

Secretário: Maria Stella M. A. Gurgel

DECRETO LEGISLATIVO N.º 513-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6.904, de 23 de setembro de 1970, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 142, alínea "a", § 1.º, da Lei n.º 293, de 24 de novembro de 1949, Izaura Bueno, ocupante do cargo de nível "PL 14", da carreira de Auxiliar da Plenário e Conservação do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) do respectivo vencimento básico.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de novembro de 1970.

aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 520-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6669 de 16 de setembro de 1970, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 142, alínea "a", § 1.º, da Lei n.º 293, de 24 de novembro de 1949, Paulo Cesar Pinho Duboc, ocupante do cargo de nível "PL 27", da carreira de Advogado, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) do respectivo vencimento básico, a partir de 1.º de setembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de novembro de 1970.

aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 521-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.016 de 24 de setembro de 1970, deste Poder,

RESOLVE:

I — designar Edison Heibel, para exercer as funções de Chefe do Serviço de Oficina e Manutenção, em substituição, enquanto perdurar o afastamento de seu titular;

II — autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 142, alínea "a", § 1.º, da Lei n.º 293, de 24 de novembro de 1949, o funcionário Edison Heibel, ocupante do cargo de nível "PL 23", da carreira de Oficial Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) do respectivo vencimento básico, no período compreendido entre 28 de setembro de 1970 a 27 de outubro do mesmo ano.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de novembro de 1970.

aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 522-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.063 de 29 de setembro de 1970, deste Poder,

RESOLVE:

conceder de acordo com o Art. 67, Inciso I, da Constituição Estadual, a Oswaldo Faria, ocupante do cargo de nível "PL 19", da carreira de Oficial de Administração, o acréscimo quinzenal de cinco por cento (5%) sobre os vencimentos, a partir de 03 de agosto de 1970, data em que completou cinco (05) anos de serviço Público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de novembro de 1970.

aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 523-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 7.042 de 28 de setembro de 1970, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, nos termos do Art. 67, inciso II, da Constituição Estadual, a Wanda Flizikoski, ocupante do cargo de nível "PL-19", de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o adicional de mais cinco por cento (5%), sobre os seus vencimentos, que somado aos anteriores concedidos, perfaz o total de quinze por cento (15%), a partir de 25 de setembro de 1.970, data em que completou trinta e dois anos de serviço público.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de novembro de 1970.

aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 524-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 7.483-70 de 9 de outubro de 1.970, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, com base na Lei n.º 4.979, de 7 de dezembro de 1.964, em favor de Juvenal Javorski, ocupante do cargo de nível "PL-23", o tempo de dez (10) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1.952, 1.953, 1.954, 1.959 e 1.960, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de novembro de 1970.

aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 525-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 7.493-70 de 9 de outubro de 1.970, deste Poder,

RESOLVE:

conceder de acordo com o Art. 67, Inciso I, da Constituição Estadual, a Inolan Antonio Guiginski de Oliveira, ocupante do cargo de nível "PL-23", da carreira de Oficial Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o acréscimo quinzenal de mais cinco por cento (5%) sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 15 de setembro de 1970, data em que completou dez (10) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de novembro de 1970.

aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 526-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 7.542-70 de 12 de outubro de 1970, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, com base na Lei n.º 4.979, de 7 de dezembro de 1964, em favor de Antonio Martins Anibelli, ocupante do cargo de nível "PL-28", da carreira de Advogado, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1968, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de novembro de 1970.

aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 527-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 6.748-70 de 17 de setembro de 1.970, deste Poder,

RESOLVE:

designar para prestar serviços no Gabinete da Liderança da ARENA, o funcionário José Elias Martins, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de novembro de 1970.

aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura
Ata da 167.ª Sessão Ordinária
Realizada em 19 de Novembro de 1970 (Quarta-feira)

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. deputados Haroldo Bianchi e Ivo Tomazoni.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Arthur de Souza, David Federmann, Leopoldo Jacomet, Haroldo Bianchi, Gabriel Manoel, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Arnaldo Busato, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacli, Igo Lasso, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Nelson Buffara, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Roberto Galvani e Silvio Barros (22); achando-se ausentes os seguintes srs. deputados: Olívio Belich, Alencar Furtado, Armando Queiroz, Mattos Leão, Emílio Carrazzi, Fuad Nacli, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Olavo Ferreira, Olivir Gabardo, Paulo Poli, Pinto Dias, Roberto Wypych, Seme Scaff, Túlio Vargas e Wilson Fortes (16).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

MENSAGENS:

Mensagem sob o n.º 32-70, do senhor Governador do Estado, encaminhando o anteprojeto de lei orçamentária para o exercício financeiro de 1971. — A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

38-70

Curitiba, 8 de outubro de 1970

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa, em conformidade com o disposto no art. 93, da Constituição Estadual, majorar em 20% (vinte por cento) os vencimentos fixados, para os Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, pela Lei n.º 5.979, de 31 de julho de 1969, com a alteração resultante do art. 5.º, da Lei n.º 6.137, de 31 de julho de 1970.

Por outro lado, em decorrência do aumento ora concedido aos Magistrados e, por consequência, aos Conselheiros do Tribunal de Contas, prevê o artigo 4.º do anteprojeto de lei a correspondente majoração de vencimentos dos cargos de Procurador-Geral da Fazenda do Tribunal de Contas, de Auditor e de Procurador da Fazenda do Tribunal de Contas, dentro dos mesmos critérios, em cumprimento ao que determina o artigo 5.º da Lei n.º 6.005, de 16 de setembro de 1969.

Apresentando mais detalhados esclarecimentos em torno do assunto, é anexada cópia do Ofício n.º 507-70, de 7 do corrente mês, do Tribunal de Justiça do Estado, onde é feita exposição de motivos que justificam a medida em questão.

Tendo em vista os elevados interesses da Administração, é solicitada, para apreciação da matéria contida no anexo Plano de Lei, a forma prevista § 3.º, do art. 25, da Constituição Estadual.

Certo de que a proposição ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PAULO PIMENTEL — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — O vencimento fixado pelo artigo 1.º da Lei n. 5.979 de 31 de julho de 1969, com a alteração resultante do artigo 5.º da Lei n. 6.137, de 31 de julho de 1970, fica majorado de vinte por cento (Art. 93 da Constituição do Estado do Paraná).

Art. 2.º — A antecipação da quarta-parte pela investidura, a que se refere o artigo 44, da Lei n. 2.704, de 30 de abril de 1929, integrará desde logo o vencimento, mas a sua capitalização quinzenal, estatuida no artigo 67, n. 1, combinado com o parágrafo 1.º da Constituição Estadual vigente, somente será computada após o decurso de cada quinquênio, na forma dos mesmos dispositivos constitucionais.

Art. 3.º — A gratificação de nível universitário, restaurada por efeito desta lei, será paga aos magistrados na mesma base anterior, de vinte e cinco (25) por cento sobre os respectivos vencimentos, passando a integrá-los.

Art. 4.º — Fica fixado o vencimento do cargo em comissão de Procurador-Geral da Fazenda do Tribunal de Contas em valor igual ao estabelecido pelos artigos 1.º e 3.º, e em importância correspondente a 90% (noventa por cento) do referido quantum para os cargos de Auditor e de Procurador da Fazenda do Tribunal de Contas, aplicando-se-lhes o disposto no artigo 2.º desta lei, obedecendo o que estatui o artigo 5.º da Lei n. 6.005, de 16 de setembro de 1969.

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1971, revogadas as disposições em contrário.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Curitiba, 7 de outubro de 1970

Senhor Governador:

Em aditamento ao contido no ofício n. 495-70, desta Presidência, datado de 24 de setembro último, tenho a honra de solicitar a preciosa atenção de Vossa Excelência para as seguintes sugestões, pertinentes todas à proposta de fixação de novos vencimentos do pessoal servidor do Estado, cujo respectivo processo legislativo vem de ser em boa hora iniciado.

Trata-se, em primeiro lugar, de tomar preceito mais expresse de lei a incorporação, ao vencimento de Desembargador, da quarta parte, a título de gratificação especial, prevista na Lei Estadual n. 2.704-29 artigo 44. Tal gratificação já vem sendo, de fato, incorporada aquele vencimento, e até o colendo Tribunal de Contas do Estado, por efeito do disposto no artigo 152, da Constituição do Paraná, ordenou que fosse paga também a Juiz Substituto e Procurador da Fazenda (Resolução de 25/7/65).

Desta sorte, Senhor Governador, a efetiva incorporação ora sugerida não vem mais do que tornar de direito uma prática já consolidada pelos anos e, por isso mesmo, tida como situação definitivamente constituída.

A outra sugestão refere-se à atribuição aos magistrados da gratificação de nível universitário na base de 25% sobre os vencimentos respectivos.

Esta gratificação, adotada no sistema de remuneração de muitos Estados, já existiu no nosso e dele foi retirada porque o Chefe do Executivo de então não concordou em propor qualquer aumento aos vencimentos dos membros do Poder Judiciário senão em troca da abolição da dita gratificação.

Nestas condições a restauração da chamada gratificação de nível universitário não se oferece, na oportunidade, com outra roupagem que não a de verdadeira restituição de direito, que, na verdade, o é.

A título de colaboração, peço venia para anexar a este minuta do anteprojeto de lei correspondente às sugestões acima.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência, Senhor Governador, minhas expressões de elevada consideração e apreço.

ALCESTE RIBAS DE MACEDO

Presidente do Tribunal de Justiça

— A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

39-70

Curitiba, 9 de outubro de 1970

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 15 de julho de 1970, entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná e o Município de Sengés.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresse no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PAULO PIMENTEL — Governador do Estado

Convênio de auxílio e Cooperação, para execução dos serviços de construção de uma ponte de alvenaria, que entre si fazem o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná e o Município de Sengés, na forma abaixo:

1 — PARTES — O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, daqui por diante denominado DER-PR, representado pelos seus Diretores, Geral Eng. Aldo Ferdinando Patitucci e Técnico Eng. Darcy Gomes de Moraes, e o Município de Sengés, representado por seu Prefeito Municipal Sr. Jaime Jorge, conforme documentos arquivados neste Departamento, acordam em firmar o presente Convênio de Auxílio e Cooperação, mediante delegação de encargos, na forma da Legislação em vigor.

2 — LOCAL DA DATA — Lavrado e assinado na Capital do Estado do Paraná, na Diretoria Geral do DER-PR, aos quinze dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta.

3 — OBJETO DO CONVÊNIO — O Município e o DER-PR, na vigência deste Convênio, assumem o encargo da construção de uma ponte de alvenaria, sobre o Rio Jaguariçatu.

4 — EXECUÇÃO — A execução desses serviços obedecerá as Normas vigentes no DER-PR, e ao projeto apresentado pelo DER-PR. Para o desenvolvimento dos serviços e encargos, o DER-PR, apresentará programa pormenorizado, acompanhados dos respectivos orçamentos.

5 — DESAPROPRIAÇÃO — Caberá ao Município convencional, obedecendo as suas Normas Próprias, proceder a aquisição de faixas de terras ou benfeitorias que incidam na faixa estradal, no ponto que se constituirão as obras de arte especiais aqui objetivadas.

6 — RECURSOS — Para a execução das obras, objeto do presente Convênio o DER-PR, fornecerá 600 (quinhentas) sacas de cimento e 7.500 (sete mil e quinhentos) kg. de vergalhões de ferro.

A Prefeitura fornecerá todo o material restante.

7 — FISCALIZAÇÃO — Os serviços serão administrados diretamente pelo DER-PR, através do 3.º Distrito Rodoviário e pelo Serviço de Assistência Rodoviária aos Municípios. Caberá ao Município, convencional a verificação do andamento dos serviços.

Os atendimentos que se fizerem necessários desse fato resultante, serão levados pelo Sr. Prefeito Municipal, diretamente aos Engenheiros Crefes daquelas mencionadas dependências do DER-PR, independentemente da facilidade do contacto direto com a direção Geral do DER-PR, que determinará as necessárias e respectivas providências.

8 — VALIDADE — Este Convênio terá validade até 2 (dois) exercícios financeiros podendo ser renovado por aditamento.

9 — INÍCIO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E VIGÊNCIA — A vigência do presente Convênio verificar-se-á a partir do seu registro no Egrégio Tribunal de Contas do Estado, sendo que o início da execução dos serviços dar-se-á tão logo o 3.º Distrito Rodoviário tenha disponibilidade do material a ser empregado.

E, como nada mais houvesse eu, Alberto Silva, oficial de administração Nível "20" deste DER-PR, lavrei o presente Convênio que, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas presentes: — (aa) Aldo Ferdinando Patitucci, Darcy Gomes de Moraes, Jaime Jorge. Testemunhas: — Luiz Capelline, Iolanda Weigert. Era o que se continha em dito Livro de Convênios do qual eu Roseli Stinglin Capelline, of. de Administração Nível 20 deste DER-PR, bem e fielmente extrai a presente Certidão e eu Theodocio Miguel Atherino, Chefe da Seção de Contratos em 15-7-1970, me reporto e dou fé

VISTO

J. A. NASCIMENTO DE LOYOLA

Procurador Judicial

Confere com o original

ROSELI STINGLIN CAPELLINE

Of. de Administração Nível 20

VISTO

THEODOCIO MIGUEL ATHERINO

Chefe da Seção de Contratos

ALDO FERDINANDO PATITUCCI

Diretor Geral

Confere com o original

Em 7-10-70

— A Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM

40-70

Curitiba, 9 de outubro de 1970

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 19 de novembro de 1969, entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios que especifica, visando definir para os efeitos do referido convênio a Área Metropolitana de Curitiba.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expressa no próprio texto do tratado.

Certo do que a solicitação ora formulada receberá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PAULO PIMENTEL — Governador do Estado

CONVÊNIO PARA IMPLANTAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DE CURITIBA

Considerando a necessidade de organização e administração de serviços de interesse comum às populações que integram uma mesma comunidade sócio-econômica,

Considerando que é de especial interesse do Estado do Paraná e dos Municípios que têm Curitiba como centro polarizador estabelecer continuidade no seu planejamento e integração dos trabalhos concernentes ao desenvolvimento sócio-econômico da área,

Considerando que os estudos realizados resultaram em delimitação compreendendo a Área Metropolitana de Curitiba e na enumeração dos serviços de interesse comum que poderão prontamente ter atendimento integrado,

Considerando que o Governo Federal, através de seus órgãos responsáveis pela micro-regionalização do país, já delimitou a área de influência de Curitiba, (ofício n. 339-68, I.B.G., da Fundação I.B.G.E.),

Considerando que ao Governo do Estado cabe, além da prestação de assistência técnica aos municípios, promover e orientar o desenvolvimento global de qualquer região paranaense,

Considerando que Curitiba, como centro polarizador de primeira categoria, é uma das nove metrópoles regionais brasileiras, assim definidas pelo Ministério do Planejamento e pelo Ministério do Interior,

Considerando que a área Metropolitana de Curitiba tem condições ideais para ser uma das primeiras a se instituir no Brasil, colocando o Estado do Paraná na vanguarda do sistema nacional de planejamento local integrado,

Nestes termos, o Estado do Paraná, representado pelo seu Governador, os Municípios de Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiuva do Sul, Campina Grande, Campo Largo, Colombo, Contenda, Curitiba, Mandrituba, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais, representados pelos seus respectivos Prefeitos,

Resolvem e Convem, reciprocamente, estabelecer as seguintes regras em benefício da comunidade sócio-econômica de Área Metropolitana de Curitiba, pelo seguinte:

CONVÊNIO

Cláusula Primeira — Considera-se, para os efeitos deste Convênio, Área Metropolitana de Curitiba a região compreendida pelas áreas dos Municípios de Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiuva do Sul, Campo Largo, Contenda, Curitiba, Campina Grande do Sul, Piraquara, Rio Branco do Sul, Mandrituba, São José dos Pinhais e Quatro Barras.

Cláusula Segunda — O presente convênio tem os seguintes objetivos: a) — a realização de planejamento integrado da Área Metropolitana de Curitiba, no todo ou em parte, bem como estudos, projetos e programas relacionados com esse planejamento;

b) — a coordenação da realização de obras, projetos, serviços, assistência técnica e financeira e atividades de interesse da Área Metropolitana de qualquer procedência, harmonizando-as com o planejamento integrado e estabelecendo as prioridades e programações convenientes;

c) a execução de projetos e obras de interesse comum da região, principalmente as que se destinem ao desenvolvimento econômico e social e à implantação de planejamento integrado;

d) a elaboração de estudos de anteprojetos de lei e medidas administrativas que possam ter repercussão sobre o desenvolvimento global da região, de qualquer procedência.

Cláusula Terceira — Para atingir os objetivos do presente Convênio, é criado um Conselho Metropolitano e uma Secretaria Executiva.

§ 1.º — O Conselho Metropolitano é constituído pelo Prefeito de cada Município, ou seu representante, e presidido pelo Governador do Estado do Paraná, ou seu representante.

§ 2.º — A Secretaria Executiva do Conselho Metropolitano será exercida pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba e pelo Departamento de Assistência Técnica aos Municípios.

Cláusula Quarta — O Conselho Metropolitano se reunirá ordinariamente de 60 em 60 dias, em Curitiba, e extraordinariamente, por convocação do Governador do Estado ou da maioria de seus membros.

Cláusula Quinta — O Conselho Metropolitano definirá a extensão da participação dos Municípios e do Estado, bem como a institucionalização da Área Metropolitana, através de regulamento, respeitada a autonomia dos Municípios e os assuntos de sua peculiar interesse.

Cláusula Sexta — A alteração da Área Metropolitana, que resultar convenientemente em razão de estudos que forem elaborados, poderá se efetivar através de resolução do Conselho Metropolitano e, em seguida, pela adesão, se for o caso, ao presente Convênio, de novos participantes, obedecidas as normas legais aplicáveis.

Cláusula Sétima — O Convênio passa a vigorar na data em que for referenciado pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, e, em relação aos Municípios, sucessivamente a partir de sua aprovação pelas Câmaras Municipais respectivas, na forma estabelecida pela Constituição do Estado.

Em Curitiba, 19 de novembro de 1969.

Estado do Paraná — Paulo Pimentel

Almirante Tamandaré — Antonio Johnson

Araucária — Rizio Wachowicz

Balsa Nova — Vitorio Seguro

Bocaiuva do Sul — Floresmundo Alberti

Campina Grande do Sul — Ary Alves Baudiera

Campo Largo — Emigdio Pianaro

Colombo — Pedro Guarise

Contenda — Zacarias Mendes de Paula

Curitiba — Omar Sabbag

Mandrituba — Assinatura Ilegível — p/P. Alfredo Riecke Sobrinho

Piraquara — Manoel Alves Pereira

Quatro Barras — Domingos Meccelin Neto

Rio Branco do Sul — José Pedroso de Moraes

São José dos Pinhais — Francisco Ferreira Claudino

— A Comissão de Constituição e Justiça.

MESSAGEM

41/70

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado entre a União e o Governo do Estado do Paraná, visando desenvolver programa de combate à Febre Aftosa.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PAULO PIMENTEL — Governador do Estado

Convênio celebrado entre a União e o Estado do Paraná, visando desenvolver Programa de Combate à Febre Aftosa.

Aos dias do mês de de ano de 1970, a União Federal, representada pelo Doutor LUIS FERNANDO CIRNE LIMA, Ministro da Agricultura, (a seguir denominada "UNIAO") e o Estado do Paraná, representado pelo Doutor OSCAR P. L. DO AMARAL, Secretário de Agricultura do mesmo Estado (a seguir denominado "ESTADO"), acordam assinar o presente Termo de Convênio, em mútua e estreita colaboração técnica e financeira visando a executar o Plano Nacional de Combate à Febre Aftosa, em toda a área geográfica do Estado, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira: — Sobre o projeto técnico, sua aprovação e execução: Parágrafo Primeiro: — O projeto técnico-econômico será obrigatoriamente baseado nas diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Combate à Febre Aftosa, aprovado pelo Ministério da Agricultura.

Parágrafo Segundo: — A execução do referido projeto que passa a constituir parte integrante e complementar deste Convênio, caberá a um Grupo Executivo Estadual de Combate à Febre Aftosa, doravante denominado Grupo Executivo, a ser instalado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste Convênio em Diário Oficial da União.

Parágrafo terceiro: — O Grupo Executivo será constituído por:

a) Um executor, Médico-Veterinário, indicado pelo Coordenador da Coordenação do Combate à Febre Aftosa (CCFA) do Ministério da Agricultura.

b) Um Médico-Veterinário, também indicado pelo Coordenador da CCFA.

c) Um Médico-Veterinário indicado pelo Governo do Estado.

Parágrafo quarto: — O Grupo Executivo será constituído através de Ato do Ministro da Agricultura, cabendo ao Executor a presidência do Grupo Executivo e a representação deste em todos os atos de sua competência.

Parágrafo quinto: — Competirá ao Grupo Executivo a supervisão e coordenação no âmbito estadual de todas as medidas relacionadas com o combate à Febre Aftosa no mesmo Estado, comprometendo-se o Governo do Estado a prestar-lhe toda a colaboração que seja necessária para o melhor desempenho de suas atividades.

Cláusula Segunda: — A execução do Projeto com respeito aos gastos operacionais será financiada pelos seguintes recursos:

I — Contribuição da União, através do Ministério da Agricultura, na importância total de Cr\$ 19.450.000,00, correndo à conta de seus recursos previstos no orçamento plurianual de investimentos e do Fundo Federal Agropecuário assim empregados:

a) 1.º ano Cr\$ 3.990.000,00

b) 2.º ano Cr\$ 4.900.000,00

c) 3.º ano Cr\$ 5.315.000,00

d) 4.º ano Cr\$ 5.245.000,00

TOTAL Cr\$ 19.450.000,00

II — Contribuição do Estado, na importância total de Cr\$ 14.500.000,00 consignados no seu orçamento, assim distribuídos:

a) 1.º ano Cr\$ 2.875.000,00

b) 2.º ano Cr\$ 3.650.000,00

c) 3.º ano Cr\$ 3.815.000,00

d) 4.º ano Cr\$ 4.060.000,00

TOTAL Cr\$ 14.500.000,00

Parágrafo primeiro: — A contribuição do Estado, referida nesta Cláusula, compreenderá uma parte em numerário, controlada pelo Grupo Executivo, e uma parte em recursos não controlados pelo Grupo Executivo e que se refere a pagamento de pessoal efetivo, gastos administrativos e de manutenção de Campanha.

Parágrafo segundo: — As partes convenientes se obrigam a obedecer ao CRONOGRAMA DE APLICAÇÕES, a ser anexado ao presente instrumento, considerando como parte integrante a ele e relativo às contribuições comprometidas.

Parágrafo terceiro: — As partes depositarão em conta especial a ser aberta na Agência do Banco do Brasil S.A. e em o montante de suas contribuições em numerário, de acordo, com o cronograma de aplicações aprovado.

Parágrafo quarto: — Os recursos acima especificados poderão ser reajustados de acordo com a modificação dos custos imputados como gastos operacionais.

Cláusula Terceira: — Durante a vigência do presente Convênio, o Grupo Executivo do mesmo se obriga a apresentar à Coordenação do Combate à Febre Aftosa, e ao Governo do Estado, informes detalhados de acordo com modelos e normas a serem instituídas pela aludida Coordenação, referentes às suas atividades, compreendendo:

I — Desenvolvimento dos trabalhos técnicos.

II — Demonstrativo da aplicação de recursos e registros contábeis.

III — Elementos outros considerados necessários à critério da CCFA.

Parágrafo único: — Todos os trabalhos concernentes ao combate à Febre Aftosa no Estado obedecerão à legislação federal específica, as normas regulamentares baixadas pela CCFA e às determinações do Grupo Executivo.

Cláusula Quarta: — A alteração deste Convênio dependerá de prévia aprovação dos órgãos competentes do Ministério da Agricultura, devendo ser proposta pelo Chefe do Grupo Executivo através do Coordenador da CCFA ou por iniciativa deste.

Cláusula Quinta: — A duração do presente Convênio será de quatro anos, contados da data da sua publicação no Diário Oficial da União.

E, para firmeza e validade do que acima ficou estipulado lavrou-se o presente termo, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes convenientes já mencionadas e pelas testemunhas.

(aa)
Ministro da Agricultura
Secretário de Agricultura

Testemunhas:

Confere com o original — Em 19.10.70

— A Comissão de Constituição e Justiça.

MESSAGEM

42/70

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que disciplina e organiza o Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça.

A medida ora submetida a essa Augusta Assembleia Legislativa dará execução ao disposto no art. 120, da Lei n.º 5.849, de 25 de setembro de 1968 (Estatuto do Ministério Público do Paraná), onde está previsto que os funcionários da Procuradoria Geral da Justiça serão organizados em quadro próprio.

Para o fim de apresentar mais detalhados esclarecimentos em torno do assunto, é anexada cópia autêntica do ofício n.º 434, de 21 de julho deste ano, da Procuradoria Geral da Justiça, onde é feita exposição de motivos que justificam a adoção da medida em questão.

Certo de que o plano de lei ora submetido a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PAULO PIMENTEL — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — O quadro de pessoal da Procuradoria Geral da Justiça do Estado passa a ser regido pela presente lei.

Parágrafo único — O quadro compreenderá somente a parte permanente que será integrada pelos cargos de provimento efetivo, constantes do Anexo I.

DOS CARGOS

Art. 2.º — Os cargos do Quadro Próprio de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça são de provimento efetivo e obedecem à classificação prevista nesta lei.

Art. 3.º — Os cargos integram séries de classes ou classes, que constituem grupamentos ocupacionais e serviço, na forma do disposto no Anexo I.

Parágrafo único — As atribuições, responsabilidades e demais características e condições pertinentes a cada classe, são as especificadas no Regulamento Interno da Procuradoria Geral da Justiça.

DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS E DA GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO

Art. 4.º — As funções gratificadas são as constantes do Anexo II, correspondendo à simbologia nele relacionada.

Parágrafo único — Os valores das funções gratificadas são iguais aos fixados na tabela constante do Anexo II, alínea "c", da Lei n.º 5.978, de 10 de agosto de 1969, e acompanharão suas posteriores alterações.

Art. 5.º — Ao Diretor-Secretário da Procuradoria Geral da Justiça se entende a gratificação de representação prevista no art. 6.º do Decreto n.º 6.153, de 21 de julho de 1967.

DOS VENCIMENTOS

Art. 6.º — Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos do quadro próprio de pessoal da Procuradoria Geral da Justiça serão sempre iguais aos fixados para os cargos do quadro único de pessoal do Poder Executivo.

DO ENQUADRAMENTO

Art. 7.º — O enquadramento nas séries de classes proceder-se-á por decreto do Governador do Estado, mediante proposta do Procurador Geral.

Art. 8.º — Se na aplicação do enquadramento, de que trata o artigo anterior, o atual número de cargos, a serem enquadrados, for maior que o fixado no Anexo I, estes serão mantidos até que, através de promoção e acesso, ocorra equilíbrio numérico entre cargos fixos e ocupados.

Art. 9.º — As séries de classes, nas quais o provimento dos cargos dependa da apresentação de diploma de curso universitário, ficam escalonadas entre os níveis PGJ 24 a PGJ 30, obedecida a duração dos respectivos cursos.

Parágrafo único — No enquadramento de que trata o presente artigo, será observado o disposto nos artigos 33 a 36, da Lei n.º 5.978, de 1.º de agosto de 1969.

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 10.º — O Regimento Interno da Procuradoria Geral da Justiça será adaptado a esta lei, no prazo de sessenta dias.

Art. 11.º — O enquadramento nas séries de classes respeitará, quanto possível, a situação ocupada pelos atuais funcionários, no regime anterior ao desta lei.

Art. 12.º — As despesas com a execução da presente lei correrão à conta da dotação orçamentária própria, consignada ao Ministério Público, no orçamento geral do Estado.

Art. 13.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I
SISTEMATICA DOS CARGOS EFETIVOS
PARTE PERMANENTE

CODIGO — SÉRIE DE CLASSES — NÍVEL — ACESSO — N.º DE CARGOS

I — SERVIÇO: Administração e Escritório (A E)

GRUPO OCUPACIONAL — A E — 100 — JUDICIÁRIO

A E 101 — Oficial Judiciário	23	3
A E 101 — Oficial Judiciário	22	4
A E 101 — Oficial Judiciário	21	5
A E 101 — Oficial Judiciário	20	7
A E 101 — Oficial Judiciário	19	8

A E 102 — Auxiliar Judiciário	18	1
A E 102 — Auxiliar Judiciário	17	1
A E 102 — Auxiliar Judiciário	16	2
A E 102 — Auxiliar Judiciário	15	3
A E 102 — Auxiliar Judiciário	14	4
A E 102 — Auxiliar Judiciário	13	5

II — SERVIÇO: Técnico Científico (T.C.)

GRUPO OCUPACIONAL — T C — 100 — TÉCNICA ADMINISTRATIVA

T C 101 — Técnico de Administração	28	1
T C 101 — Técnico de Administração	27	1
T C 101 — Técnico de Administração	26	1
T C 101 — Técnico de Administração	25	1
T C 101 — Técnico de Administração	24	1

GRUPO OCUPACIONAL — T C — 100 — BIBLIOTECÁRIO

T C 101 — Bibliotecário	28	1
T C 101 — Bibliotecário	27	1
T C 101 — Bibliotecário	26	1
T C 101 — Bibliotecário	25	1
T C 101 — Bibliotecário	24	1

ANEXO II

2 — Chefes de Divisão	1—F
2 — Chefes de Seção	2—F
9 — Chefes de Seção	4—F

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Gabinete
434

Curitiba, 21 de julho de 1970

Senhor Governador

Tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência o incluso anteprojeto de lei, que trata da organização do quadro próprio de pessoal da Procuradoria Geral da Justiça do Estado, em atenção ao disposto no artigo 120 do Estatuto do Ministério Público do Paraná (Lei n.º 5.849, de 25 de setembro de 1968).

Dentro do espírito que rege a política de pessoal, o anteprojeto visa a implantar o sistema de paridade, obedecendo diretrizes de moralização no setor do funcionalismo: mesmos direitos e deveres a todos.

As séries de classes são idênticas às dos quadros do Legislativo e do Executivo, inclusive Tribunal de Contas. O valor dos níveis, por sua vez, corresponde aos do Poder Executivo.

O número de cargos permanece inalterado, pois, de acordo com o sistema do anteprojeto, após o enquadramento definitivo, serão extintos os cargos iniciais de todas as séries de classes. Não haverá, portanto, criação de qualquer novo cargo. Simplesmente, passará-se a empregar terminologia e sistemática mais condizentes com as atribuições deste órgão.

Quanto às despesas, o aumento será de pequena monta, de vez que se presta observância aos valores já existentes, e, ademais, tudo estritamente dentro dos limites da dotação orçamentária.

Vale ainda ponderar que a Procuradoria Geral da Justiça, com o advento do Estatuto do Ministério Público, teve suas atividades sensivelmente ampliadas, sobretudo pela atração de atribuições que estavam afetas a outros órgãos. Novos e importantes encargos jurisdicionais e administrativos vão ser cometidos à instituição através do futuro Código de Processo Penal, de acordo com o respectivo anteprojeto, ora em estudos no Ministério da Justiça e publicado para sugestões, no D.O.U. de 29.6.70, suplemento. Assim, a disciplina preconizada no anteprojeto apresenta-se, antes de tudo, indispensável à normalidade e maior eficiência do serviço.

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos da mais alta estima e distinta consideração.

a) Ary Florencio Guimarães — Procurador Geral da Justiça

Confere com o original

Em, 7.10.70

— A Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM

43/70

Curitiba, 22 de outubro de 1970.

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa autorizar o Poder Executivo a criar, na cidade de Irati, uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, sob o regime de Fundação de Direito Público.

O Plano de lei ora submetido a essa Augusta Assembleia Legislativa é altamente significativo, eis que, a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Irati, ensinará condições a fim de que a numerosa população estudantil daquela Região, possa sem os onerosos deslocamentos para outras cidades, frequentar e concluir cursos de licenciatura, o que, sem dúvida alguma, consulta plenamente aos superiores interesses do Ensino e da Coletividade.

Tendo em vista os elevados interesses Públicos, é solicitada, para apreciação da matéria contida no anexo Plano de Lei, a forma prevista pelo § 3.º, do art. 25, da Constituição Estadual.

Certo de que a medida ora submetida a essa Colenda Casa, merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PAULO PINENTEL — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na cidade de Irati, uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, sob o regime de Fundação de Direito Público.

Art. 2.º — O Decreto de instituição da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Irati, estabelecerá a que distrito geo-educacional ficará a mesma adstrita, bem como definirá quais os cursos a serem mantidos.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— A Comissão de Constituição e Justiça.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, solicitando Preferência de votação para os Projetos de Lei n.ºs 232-70 e 299-70.

— de autoria do sr. deputado Haroldo Bianchi, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 311-70.

— de autoria do sr. deputado Nelson Buffara, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 301-70.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos Trabalhos de hoje, um voto de PROFUNDO PESAR, pelo falecimento do senhor AMERICO BAGGIO, residente no Município de Ribeirão Claro, membro de tradicional família daquela cidade.

O extinto era pessoa boníssima e muito estimado, deixando grande círculo de amizades naquela cidade, onde residiu por muitos anos.

Da decisão do Plenário, requer ainda, seja dado conhecimento a família enlutada.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1970

(a) Erondy Silvério

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 305-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) à órfã menor, MONICA ANGELICA SILVEIRA.

Art. 2.º — A despesa com a execução da presente lei, correrá à conta da dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em, 19 de novembro de 1970.

(a) Erondy Silvério

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei que visa amparar a órfã menor, MONICA ANGELICA SILVEIRA, filha de Milton Silveira e Marli Capri Silveira, os quais pereceram por afogamento no dia 16 de dezembro de 1969, na praia de Guaratuba, conforme atestado de óbito anexos, de números 3089 e 3090. — Que Milton Silveira, era funcionário contratado do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, não deixando qualquer recurso para manutenção da mesma.

O SR. PRESIDENTE — Está lida a leitura do Expediente. Está lida a palavra do Pequeno Expediente. (Pausa).

— Está com a palavra o deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

É portanto justo que se conceda a medida pleiteada, de grande alcance so-

cial para que se cumpra a trilogia: alimentação, vistorias e educação da beneficiada.

Não poderíamos deixar de usar da tribuna na tarde de hoje quando todo o território pátrio se preocupa com o Dia da Bandeira. Como brasileiros que amam ardentemente este País, como patriotas que somos, como reservistas que somos também da primeira categoria, do nosso glorioso Exército Nacional, aprendemos naquela escola de civismo, que são as Forças Armadas que comandam o glorioso pendão da nossa terra. Portanto, sr. Presidente e srs. Deputados, no dia em que se comemora o Dia da Bandeira em todo o território Nacional, queremos deixar consignado da nossa tribuna, o nosso apelo a toda Nação brasileira, esquecendo as nossas lutas pessoais, a nossa diferença, para que possamos trabalhar unidos em favor do progresso da grande Nação brasileira, em favor também desta Revolução de Março de 64, e trazer ao povo brasileiro, paz, tranquilidade e segurança, para o trabalho, são os nossos desejos.

Também a exortação que fazemos ao povo paranaense, através da tribuna, e para que se comemore hoje, com fervor, com dignidade e com amor, em todo o território paranaense, o dia consagrado à gloriosa bandeira brasileira.

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se a

ORDEM DO DIA

com a presença de 22 srs. Deputados

Sobre a mesa Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento de autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei nos 232-70 e 299-70. — Aprovados.

De acordo com o requerimento de preferência aprovado:

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 232-70, Mensagem Governamental n.º 28-70, encaminhando anteprojeto de Lei de Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1.971-1.973, com Parecer Favorável e Substitutivo Geral da Comissão de Orçamento. — Aprovado

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 299-70, Mensagem Governamental n.º 32-70, encaminhando anteprojeto de Lei Orçamentária para o Exercício de 1971, com Parecer Favorável e Substitutivo Geral da Comissão de Orçamento. — Aprovado

Passaremos à apreciação dos demais Projetos de Lei, constantes da Ordem do Dia, conforme avisos distribuídos aos srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 17-70, autorizando o Poder Executivo a doar ao Município de Dois Vizinhos, um trator de propriedade do Departamento de Assistência Técnica aos Municípios. — Aprovado

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 17-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Dois Vizinhos, o trator marca Caterpillar, ano de fabricação 1948, modelo R.D.7, com scriper, de propriedade do Departamento de Assistência Técnica aos Municípios e atualmente sob a guarda daquele Município.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de Setembro de 1970.

(aa) Ivo Tomazoni — Presidente

João Mansur — Relator

Fabiano Braga Côrtes

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 153-69, autorizando o Poder Executivo transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de retificação e pavimentação, o trecho de estrada que liga Piraquara à estrada Curitiba-Paranaguá (BR-277).

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 153-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir, ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de retificação e pavimentação, o trecho de estrada que liga Piraquara à estrada Curitiba-Paranaguá (BR-277).

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de julho de 1970.

(aa) SILVIO BARROS — Presidente

OLAVO FERREIRA — Relator

ROBERTO GALVANI

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 109-70, de autoria do dep. Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, a rodovia que liga Maringá à Bonessuco, via Aquidauam. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 75-70, de autoria do dep. Túlio Vargas, que transfere para efeito de conservação, ao Departamento de Estradas de Rodagem a rodovia que liga a PR-86 à rodovia BR-277, como específica. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.F. — Aprovado.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 118-70, de autoria do dep. Ivo Tomazoni, que autoriza o Poder Executivo, doar ao Município de Francisco Beltrão um trator marca "FIAT", na forma que especifica, cadastrado no Departamento de Assistência Técnica aos Municípios. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado artigo por artigo.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 179-69, de autoria do dep. Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo celebrar convênio através do Departamento de Estradas de Rodagem, com o Município de Floresta, para pavimentação asfáltica da via que liga aquele Município à Rodovia de Maringá-Campo Mourão. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Com Substitutivo Geral. — Aprovado pelo substitutivo, artigo por artigo.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 262-69, de autoria do dep. Antônio Lopes Júnior, que proíbe o funcionamento de cantinas, durante os turnos matutino e vespertino, nos estabelecimentos de ensino do Estado. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 262-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — É proibido o funcionamento de cantinas, durante os turnos matutino, nos estabelecimentos de ensino do Estado.

Parágrafo único — A infração à proibição deste artigo, será punida com as penalidades estabelecidas no Estatuto do Magistério.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de novembro de 1969

a) Antônio Lopes Júnior

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 262-69

Nada a opor.

A matéria é legal e não fere a constituição.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1970

aa) EMILIO CARAZZAI — Presidente

NELSON BUFFARA — Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 262-69

I — O projeto de lei em referência, objetiva proibir o funcionamento de cantinas, durante os turnos matutino e vespertino, nos estabelecimentos de ensino do Estado.

II — Na justificativa que o acompanha, estão alinhadas as razões determinantes de sua apresentação, com as quais concordamos plenamente.

III — Merece, pelo sentido social de que se reveste, acolhida nesta Comissão, daí opinarmos favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 14 de julho de 1970

(aa) OLAVO FERREIRA — Presidente

IGO LOSSO — Relator

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 188-70, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Ex-Proposição n.º 54-70, autorizando o Poder Executivo transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria a estrada municipal que liga Campo Mourão, Araruna, São Lourenço à Cianorte. — Parecer favorável da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 188-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria a estrada municipal que liga Campo Mourão, Araruna, São Lourenço à Cianorte.

Sala das Sessões, em 29 de julho de 1970.

aa) EMILIO CARAZZAI — Presidente

ROBERTO GALVANI — Relator

LUIZ RENATO MALUCELLI, IVO TOMAZONI, PAULO POLI

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 188-70

Examinando o expediente enviado pela Câmara e Prefeitura Municipal de Araruna, que solicita seja elaborado um projeto de lei que transfira ao Departamento de Estradas de Rodagem, a estrada municipal que liga os Municípios de Campo Mourão, Araruna, São Lourenço à Cianorte, para fins de conservação e melhoria, concluímos pela validade das reivindicações do povo daquela rica região.

Assim sendo, opinamos pela sua aprovação, nos termos do Projeto de Lei anexo.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de julho de 1970.

aa) Presidente

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 188-70

O Projeto vem articulado e devidamente justificado, de acordo com o que determina o Regimento Interno.

Por outro lado, não existe qualquer implicação de ordem financeira e nosso parecer portanto é pela sua aprovação.

E o Parecer.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1970

aa) ROBERTO GALVANI — Presidente

JOAO MANSUR — Relator

SILVIO BARROS — ABRAHAO MIGUEL — PAULO POLI — WILSON FORTES

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Américo Baggio. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 20, sexta-feira, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Redação Final — dos Projetos de Lei ns. 251-69, 68-70;

3.a Discussão — dos Projetos de Lei ns. 176-69, 118-70;

2.a Discussão — dos Projetos de Lei ns. 262-69, 188-70;

1.a Discussão — dos Projetos de Lei ns. 258-70, 80-69, 44-70, 152-69 e do Projeto de Resolução n.º 9-79

Levanta-se a sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Ata da 168.ª Sessão Extraordinária Realizada em 19 de Novembro de 1970 (Quinta-Feira)

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. deputados Haroldo Bianchi e Ivo Tomazoni.

As 14,45 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Arthur de Souza, David Federmann, Leopoldo Jacomel, Haroldo Bianchi, Gabriel Manoel, Amadeu Ruppel, Antônio Lopes Júnior, Arnaldo Busato, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacif, Igo Lossó, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Nelson Buffara,

Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Roberto Galvani e Sérgio Barros (28); achando-se ausentes os seguintes srs. deputados: Ovídio Belch, Alencar Furtado, Armando Queiroz, Mattos Leão, Emílio Carrazzi, Fúad Nacli, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Olavo Ferreira, Olívir Gabardo, Paulo Poli, Pinto Dias, Roberto Wypych, Seme Scaff, Túlio Vargas e Wilson Fortes (19).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**.

Destinada à apresentação dos vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido. Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 22 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão Única — da Proposição n. 839-67, Veto apelo ao Projeto de Lei n. 354-67, de autoria do dep. José Alencar Furtado, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio, através do D.E.R., com o Município de Terra Rica, para a conservação e melhoria do trecho rodoviário Terra Rica a Porto Euclides, numa extensão de 24 quilômetros. — Relatório da C.C.J. pelo Arquivamento.

Encerrada a Discussão. Em votação. — Mandado o Veto, rejeitado o Projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 20, sexta-feira, quinze minutos após o término da sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Discussão Única — da Proposição n. 776-67.

Levantar-se a sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Ata da 169.ª Sessão Ordinária Realizada em 20 de Novembro de 1970 (Sexta-Feira)

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsini, secretariada pelos srs. deputados Antônio Lopes Júnior e Haroldo Bianchi.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsini, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Leopoldo Jacomet Amadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Arnaldo Busato, Kronydy Silveiro, Fabiano Braga Cortes, Igo Loaso, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Nelson Buffara, Olívir Gabardo, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Roberto Galvani e Roberto Wypych (21); achando-se ausentes os seguintes srs. deputados: Arthur de Souza, David Federmann, Ovídio Belch, Agnaldo Pereira Lima, Alencar Furtado, Mattos Leão, Emílio Carrazzi, Eurico Bosas, Fúad Nacli, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Olavo Ferreira, Pinto Dias, Seme Scaff, Sérgio Barros, Túlio Vargas e Wilson Fortes (17).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Sr. Presidente:

Requeiro, ouvido a Casa, Preferência de votação para o Projeto de Resolução n. 9-70.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1970

a) Antônio Lopes Júnior

Requerimento

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, requer, regime de urgência para o Projeto de Lei n. 248-70.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1970.

O SR. PRESIDENTE — Não há horadores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente. Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 21 srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 9-79. — Aprovado. De acordo com o requerimento de preferência aprovado.

1.ª Discussão — do Projeto de Resolução n. 9-70, de autoria da Comissão Executiva, que fixam-se os subsídios e ajudas de custo para os Deputados Estaduais, a partir da 7.ª Legislatura, na forma que especifica. — Sem Pareceres. — Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 9-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Os subsídios dos Deputados Estaduais, para a 7.ª Legislatura, nas suas partes fixa e variável, bem como as ajudas de custo, ficam fixados em dois (2) por cento dos subsídios e ajudas de custo pagos aos Deputados

Federatos, nos termos do art. 22, item II, da Constituição do Estado, e art. 12, item VI, da Constituição Federal.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1970.

aa) Francisco Escorsini — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Haroldo Bianchi

Passaremos à apreciação dos demais Projetos de Lei, constantes da Ordem do Dia, conforme vetos distribuídos aos srs. Deputados:

Redação Final — do Projeto de Lei n. 251-68, alterando o sistema de cobrança e estabelece novas normas sobre o tributo de trânsito de veículos. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 251-68

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a determinar que a cobrança do tributo sobre trânsito de veículos, seja cobrada por dois (2) meses, sem vinculação com o ano civil ou exercício financeiro.

Art. 2.º — Nas plaquetas superpostas e fixadas nas placas dos veículos, além do ano será agravado o número do mês, no qual o veículo foi licenciado.

Art. 3.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4 de agosto de 1970.

aa) Ivo Tomazoni — Presidente

Roberto Galvani — Relator

Redação Final — do Projeto de Lei n. 68-70, que cria na sede do Município de Califórnia, uma Escola Técnica de Comércio, de 2.º Ciclo, para funcionar no ano letivo de 1971. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 68-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada na sede do Município de Califórnia, uma Escola Técnica de Comércio do 2.º Ciclo, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de setembro de 1970.

aa) Ivo Tomazoni — Presidente

João Mansur — Relator

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 176-68, de autoria do dep. Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo celebrar convênio através do Departamento de Estradas de Rodagem com o Município de Floresta, para pavimentação asfáltica da via que liga aquele Município a Rodovia Maringá-Campo Mourão. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — com Substitutivo Geral. — Aprovado.

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 118-70, de autoria do dep. Ivo Tomazoni, que autoriza o Poder Executivo, doar ao Município de Francisco Beltrão um trator marca "FIAT", na forma que especifica, cadastrado no Departamento de Assistência Técnica aos Municípios. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F.. — Aprovado.

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 262-69, de autoria do dep. Antônio Lopes Júnior, que proíbe o funcionamento de cantinas, durante os turnos matutinos e vespertinos, nos estabelecimentos de ensino do Estado. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F.P.. — Aprovado artigo por artigo.

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 183-70, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Ex-proposição n. 54-70, autorizando o Poder Executivo transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria a estrada municipal que liga Campo Mourão, Ararua, São Lourenço à Cianorte. — Parecer favorável da C.C.J. e C.F.. — Aprovado artigo por artigo.

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 258-70, de autoria do dep. João Mansur, que revoga a Lei n. 4.268, de 25 de outubro de 1960. — Sem pareceres em Regime de Urgência. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 258-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica Revogada a Lei n. 4.268, de 25 de outubro de 1960.

Parágrafo Único — Os funcionários inativos atingidos por esta Lei ficam com os seus vencimentos fixados no "quantum" atualmente percebem e terão direito aos aumentos gerais concedidos aos funcionários do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1970.

a) João Mansur

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 80-69, de autoria do dep. Gabriel Manoel, estende aos Assessores Técnicos Tributários, de Planejamento e de Operações Fiscais, do Departamento de Renditas Internas, as vantagens previstas no item III, do Artigo 5.º, da Lei n. 5.794, de 12 de junho de 1968. — Pareceres da C.C.J. e C.F. pela Rejeição. — Rejeitado.

PROJETO DE LEI N. 80-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O item III, do Artigo 5.º, da Lei n. 5.794, de 12 de junho de 1968, passa a ter a seguinte redação:

"5% (cinco por cento) para distribuição em partes iguais entre os ocupantes de cargos em Comissão do D.R.I. e Assessores Técnicos Tributários, de Planejamento e de Operações Fiscais.

Parágrafo Único — Os Assessores referidos neste Art., ficam excluídos das vantagens previstas no item IV, do Artigo 5.º da Lei n. 5.794.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1969

a) Gabriel Manoel

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 80-69

1.) O Plano de lei em evidência vem articulado e devidamente justificado, atendendo o que prescreve o Regimento Interno.

2.) A matéria tratada pelo mesmo plano de lei perdeu a sua oportunidade, em face do advento da Lei nº 6.120, de 1.º de julho de 1970, que concedeu prêmio de produtividade aos Fiscais e Agentes Fazendários e outras categorias funcionais, dentre as quais se incluem os Assessores Técnicos Tributários, de Planejamento e de Operações Fiscais.

3.) Em face das razões expostas, somos pela sua rejeição.

Sala das Comissões, em 5 de agosto de 1970.

aa) **Emílio Carrazzi** — Presidente
Arnaldo Busato — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 80-69

Na época, sem dúvida alguma a iniciativa do nobre deputado autor do plano de lei, era meretória e justa, mas com o advento da Lei n. 6.120, de 1.º de julho de 1970, que concedeu prêmio de Produtividade aos Fiscais e Agentes Fazendários, e a outras categorias funcionais, inclusive aos Assessores Técnicos Tributários, de Planejamento e de Operações, a mesma perdeu sua oportunidade e finalidade a que se propôs.

Assim sendo, exaramos nosso parecer pela rejeição do projeto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em...

aa) **Roberto Galvani** — Presidente
Paulo Poli — Relator
Wilson Fortes e Sívio Barros

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 44-70, de autoria do dep. Antônio Lopes Júnior, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Bituruna, a Usina Hidrelétrica, localizada no rio Jararaca, naquele Município. — Parecer favorável da C.C.J. e C.F. COM EMENDA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 44-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Bituruna, a usina hidrelétrica, localizada no rio Jararaca, naquele Município.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1970

a) Dep. Antônio Lopes Júnior

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao Projeto de Lei nº 44-70

A autorização pretendida no plano de Lei em pauta, embora contrária, ao que diz respeito à competência de iniciativa, texto constitucional, uma vez sancionado pelo Chefe do Poder Executivo, terá tal vício sanado, como rotineiramente proclamado o exelso S.F. Federal.

Sala das Comissões, em 7 de julho de 1970.

aa) **Emílio Carrazzi** — Presidente
Abrahão Miguel — Relator
Luiz Renato Malucelli
Roberto Galvani

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER ao Projeto de Lei nº 44-70

Objetiva o presente plano de lei, autorizar o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Bituruna, a Usina Hidrelétrica, localizada no rio Jararaca, naquele Município.

Julgamos a iniciativa muito justa, uma vez que a citada Usina encontra-se paralisada, que doe ao Município, no entanto tomaremos a liberdade de oferecer uma emenda a qual sem modificar seu espírito lhe dará forma mais acatadora a coisa pública.

Nosso parecer é pela aprovação, nos termos da emenda em anexo.

Sala das Comissões, em 29 de julho de 1970

aa) **Roberto Galvani** — Presidente
Sívio Barros — Relator
Ivo Tomazoni

EMENDA ao Projeto de Lei nº 44-70

Art. 2.º — Para salvaguardar o interesse do Estado, o material doado ficará sob o regime de inalienabilidade a qualquer título e, se esta ocorrer o patrimônio reverterá ao doador.

Sala das Comissões, em 29 de julho de 1970.

aa) **Roberto Galvani** — Presidente
Sívio Barros — Relator

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 152-69, de autoria do dep. Olívio Belich, que autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria a estrada interligando Góes Artigas-Zattariândia-Pinhão, com 62 km. de extensão e 10 metros de largura. — Parecer favorável da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.F. com SUBSTITUTIVO GERAL. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 152-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para o Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada interligando Góes Artigas-Zattariândia-Pinhão, com 62 km. de extensão e 10 metros de largura.

Artigo 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1969

(a) **Olívio Belich**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao Projeto de Lei nº 152-69

1.) O nobre deputado Olívio Belich visa, com a apresentação do presente plano de lei, transferir a responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que interliga a localidade de Góes Artigas, no Município de Inácio Martins, a sede do Município de Pinhão, passando por Zattariândia, com a extensão de 62 kms. e 10 m de largura.

2.) Mencionado plano de lei vem articulado e devidamente justificado, obedecendo determinação do Regimento Interno. Quanto a sua oportunidade, nada a opor.

3.) Quanto aos aspectos constitucionais e legais, por outro lado, não merece qualquer reparo.

4.) Assim sendo, somos pela sua aprovação, obedecendo, porém, o substitutivo anexo, ara atender a melhor técnica legislativa.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 25 de setembro de 1969

(aa) **Emílio Carrazzi** — Presidente
Paulo Camargo — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 152-69

Art. 1.º — Fica transferida a responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que interliga a localidade de Góes Artigas, no Município de Inácio Martins, a sede do Município de Pinhão, passando por Zattariândia, com a extensão de 62 kms. e 10 m. de largura.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de setembro de 1969.

(aa) **Emílio Carrazzi** — Presidente
Paulo Camargo — Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PARECER ao Projeto de Lei nº 152-69

I — Pretende o nobre deputado Olívio Belich, com este plano de lei, transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a rodovia que interliga os municípios de Góes Artigas, Zattariândia e Pinhão.

II — O projeto, pelas razões constantes de sua justificativa, e sendo meramente autorizatório, merece acolhida nesta Comissão, e o nosso parecer, em consequência, é favorável.

Sala das Comissões, em

(aa) **Arnaldo Pereira Lima** — Presidente
Fabiano Braga Cortes — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER ao Projeto de Lei nº 152-69

A pretensão do nobre deputado autor do presente plano de lei é válida, pois conforme a justificativa, essa estrada foi construída integralmente pela firma João Zattari S.A., e vem conservando-a à sua expensa, o que não constitui medida de justiça.

Pelas razões, expostas opinamos pela aprovação do projeto em estudo.

PARECER FAVORÁVEL, POIS.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1970.

(aa) **Roberto Galvani** — Presidente

João Mansur — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Lopes Júnior constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 248-70. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária para amanhã, dia 21, sábado, às 10.00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 9-70 — 232-70 — 299-70.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 248-70.

Levanta-se a sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura

Ata da 170.ª Sessão Extraordinária

Realizada em 20 de Novembro de 1970

(Sexta-Feira)

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin secretariada pelos srs. deputados Antônio Lopes Júnior e Haroldo Bianchi.

As 10.25 horas é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Leopoldo Jacomet, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Arnaldo Busato, Erondy Silvério, Fabiano Braga Cortes, Igo Losso, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Nelson Buffara, Olivir Gabardo, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Roberto Galvani, e Roberto Wypych (21); achando-se ausentes os seguintes srs. deputados: Arthur de Souza, David Federmann, Olívio Belich, Agnaldo Pereira Lima, Alencar Furtado, Mattos Leão, Emílio Carrazzi, Eurico Rossas, Foad Nacli, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Olavo Ferreira, Pinto Dias, Seane Scaff, Sívio Barros, Túlio Vargas e Wilson Fortes (17).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido. Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 21 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 776-67, Veto aposto ao Projeto

de Lei n.º 267-67, de autoria do ex-deputado Jacinto Simões, apresentado em 3 de Julho de 1967, que declara de Utilidade Pública o Centro Acadêmico Hugo Simas, nesta Capital; — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Encerrada a discussão: Em votação. **Mantido o veto, rejeitado o Projeto.** Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para o próximo dia 23, quinze minutos pós o término da sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 803-67.
Levanta-se a sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Ata da 171.ª Sessão Extraordinária Realizada em 21 de Novembro de 1970 (Sábado)

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. deputados Agnaldo Pereira Lima e Haroldo Bianchi

As 10.00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Arthur de Souza, David Federmann, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Olívio Belich, Leopoldo Jacomel, Agnaldo Pereira Lima, Alencar Puntado, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Agnaldo Busato, Emílio Carazzzi, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacfi, Igo Losso, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Olivir Gabardo, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Seme Scaff, Sívio Barros, Túlio Vargas, Wilson Fortes (37); achando-se ausente o sr. deputado Mattos Leão.

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — comunica que não há Expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE — Não há oradores inscritos. Não havendo quem queira fazer uso da palavra no Pequeno Expediente, nem no Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 9-70, de autoria da Comissão Executiva, que fixam-se os subsídios e ajudas de custo para os Deputados Estaduais a partir da 7.ª Legislatura, na forma que especifica. — Sem Pareceres. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 232-70, Mensagem Governamental n.º 28-70, encaminhando anteprojeto de Lei de Orçamento Plurianual de investimentos para o triênio de 1971/1973, comparecer favorável e Substitutivo Geral da Comissão de Orçamento. — **Aprovado pelo substitutivo, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 299-70, Mensagem Governamental n.º 32-70, encaminhando anteprojeto de Lei Orçamentária para o Exercício de 1971, com Parecer Favorável e Substitutivo Geral da Comissão de Orçamento. — **Aprovado pelo substitutivo, artigo por artigo.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 248-70, de autoria do dep. Antônio Lopes Júnior, autorizando o Parcelamento dos Débitos Fiscais decorrentes dos Impostos de Venda e Consignações e de Circulação de Mercadorias, na forma que especifica. — Sem Regime de URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 248-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam autorizados os parcelamentos dos débitos fiscais decorrentes do I.V.C. e I.C.M. não pendentes de recursos administrativos.

Parágrafo único — A Secretaria da Fazenda, expedirá instruções disciplinando a forma de concessão do parcelamento.

Art. 2.º — São mantidos os favores fiscais concedidos por força do disposto no art. 3.º da Lei 5.834, de 30 de agosto de 1968.

Art. 3.º — O benefício do parcelamento autorizado por esta lei, não poderá ser cumulativo e não repetirá enquanto o anterior não tenha sido integralmente cumprido.

Art. 4.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1970

(a) Antônio Lopes Júnior

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra sessão ordinária para a próxima segunda-feira, dia 23, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs: 80-70, 51-70;

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs: 262-69, 188-70, 299-70, 232-70 e do Projeto de Resolução n.º 9-70;

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs: 152-69, 44-70, 258-70, 248-70;

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs: 301-70, 149-70, 300-70.

Levanta-se a sessão.